

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Objeto da contratação

1.1 O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de brinquedos para os a Creche Escola do Poder Judiciário, visando deixar as referidas cadeiras em perfeito estado de uso, contribuindo assim para desenvolvimento das atividades educacionais promovidas pela ESMEC. O detalhamento e quantitativos estão descritos no Processo Administrativo nº 8519062-53.2021.8.06.0000

1.2 **Do estudo técnico preliminar:** Ante a constatação de que as cadeiras apresentam desgastes naturais em função do uso, faz-se necessário a manutenção das mesmas. A solução sugerida é a dispensa em função do valor. Saliente-se a celeridade neste tipo de contratação, de modo a atender, sem prejuízo, as atividades da Escola da Magistratura do Poder Judiciário cearense.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
01	PLAY MÉDIO EM MADEIRA DE EUCALIPTO	UNID	2
02	PARQUE INFANTIL - CASINHA DE BRINQUEDO	UNID	2
03	PARQUE INFANTIL- TÚNEL	UNID	2
04	PARQUE INFANTIL – GOL	UNID	1
05	PARQUE INFANTIL - GANGORRA COM 01 (UM) LUGAR, FORMATO DE ANIMAL MARINHO	UNID	8
06	PARQUE INFANTIL - GANGORRA COM 03 (TRES) LUGARES, FORMATO DE ANIMAL TERRESTRE	UNID	2
07	PARQUE INFANTIL – GIRA-GIRA	UNID	2

2. Fundamento Legal

- 2.1. A referida aquisição é formalizada com fundamento no Art. 75, II, da Lei 14.133/21, o qual determina que: II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras.
- 2.2. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela fornecedora, considerada vencedora do certame por apresentar o menor valor por item cotado e/ou fornecimento de material/serviço agregado ao apresentar o menor valor global;
- 2.3. O TJCE poderá anular ou cancelar a compra, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

3. Contratação

- 3.1. Esta aquisição será formalizada pelo presente termo de referência e pela NOTA DE EMPENHO que será enviada ao(s) fornecedor(es) através de e-mail ou outro meio que se fizer necessário, que, após o recebimento, terá valor de contrato com todos os deveres e obrigações entre as partes.
- 3.2. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 155 da Lei nº 14.133/21, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 3.3. A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à Contratada, direito a qualquer indenização.

4. Seleção do Fornecedor

- 4.1. A seleção do fornecedor dar-se-á conforme atendimento a exigências de habilitação jurídica e fisco trabalhista e ramo de atividade compatível com o objeto desta aquisição.
- 4.2. Ademais, a proposta selecionada será a de menor preço e conforme adequação ao objeto pretendido para aquisição.

5. Local de Entrega

- 5.1. Os bens deverão ser entregues no endereço abaixo indicado, conforme descrito na Solicitação de Proposta Comercial:
Rodovia BR 116, no 2555, km 6, módulo 09, em Fortaleza/CE, destinado ao funcionamento do Depósito de Bens Móveis do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. (85) 3108-1538/1537
- 5.2. O(s) recebimento(s) do(s) produto(s) será(ão) realizado(s) de segunda a sexta-feira, no horário das 13 h às 16 h, nos dias de expediente Forense.
- 5.3. Observando o atual cenário de pandemia será exigido ações necessárias da fornecedora para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, orientando seus colaboradores à utilização de máscaras, álcool em gel e quaisquer outros equipamentos de proteção ao realizar as entregas dos materiais.

6. Prazo Máximo de Entrega

- 6.1. A entrega do objeto deverá ser feita de acordo com a apresentação da proposta do fornecedor, não podendo ultrapassar a 15 dias úteis contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

7. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 7.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Art. 156 da Lei nº 14.133/21 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
 - 7.1.1. Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
 - 7.1.2. pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
 - 7.1.3. pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
 - 7.1.4. pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
 - 7.1.5. pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no Pedido de Cotação e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
8. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
9. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

10. O TJCE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da compra, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.
11. **Condições de Recebimento do Objeto**
 - 11.1. A entrega do bem deverá ser atestada pelo TJCE, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes na Solicitação de Proposta Comercial apresentada pelo(s) fornecedor(es), desde que estejam de acordo com a especificação no formulário de solicitação de proposta comercial e Nota de Empenho, emitido pelo setor Coordenadoria de Compras.
 - 11.2. O servidor designado para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data da entrega do objeto, pela Contratada.
 - 11.3. A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do Formulário de Solicitação de Proposta Comercial ou Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e Nota de Empenho independentemente da quantidade rejeitada.
12. **Faturamento**
 - 12.1. A nota fiscal, e/ou fatura, deverá se emitida consoante à informação contida na respectiva Nota de Empenho.
13. **Prazo para Pagamento**
 - 13.1. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do(s) produto(s) descrito(s) em cada ordem de fornecimento, mediante apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelas unidades receptoras e, também a apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e débitos trabalhistas.
 - 13.2. Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas na contratação.
 - 13.3. Constatada a situação de irregularidade da fornecedora, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJCE.
14. **Informações e Casos Omissos**
 - 14.1. Não serão fornecidas informações a respeito de valores ofertados pelos concorrentes;
 - 14.2. Em caso de empate em algum item, os fornecedores empatados serão comunicados do fato, sendo-lhes facultado oferecer desconto em termos percentuais, com vistas ao desempate.
 - 14.3. Na solicitação de Proposta Comercial apresentada pelos fornecedores deverão constar, obrigatoriamente: Nome da empresa, nº do CNPJ, endereço, telefone de contato, descrição detalhada do objeto, valor unitário, valor global, validade da proposta, data, assinatura e carimbo do emitente da Proposta Comercial.
 - 14.4. Outras informações poderão ser obtidas no TJCE, ou pelo telefone (85) 3108-1557 (Coordenadoria de Compras), ou ainda através do e-mail compras@tjce.jus.br;
15. **Foro**
 - 15.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro do município de Fortaleza.

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Fortaleza/CE, 12 de março de 2022.

Patrícia Virgínia Davis Abreu Chaves
Coordenadora da Coordenadoria de Compras